



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

ESTADO DE MINAS GERAIS
C E P 35514-000



**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE INFRA-ESTRUTURA
DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DE
MINAS GERAIS.**

Referência: Of/COPAM/FEAM/DIRFIM/Nº360/2006
Autos nº: 17347/2005/001/2005
Município de Itaguara/MG

FEAM 22/09/2006 15:03 - F072528/2006

O MUNICÍPIO DE ITAGUARA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa, à Rua Padre Gregório Couto, 187, Bairro Centro, Itaguara, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.313.015/0001-75, por seu Prefeito Municipal, o Sr. Ubiraci Prata Lima, vem perante V. Exa. e ilustres pares, apresentar **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** de decisão exarada pela referenciada Câmara nos autos descritos, fazendo-o sob os fundamentos a seguir expostos:

BREVE HISTÓRICO

1. Inicialmente cumpre salientar que o Município de Itaguara conta, segundo o censo estimativo para o ano de 2005 dimanado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com uma população total de 11.697 habitantes, portanto não afeta ao cumprimento do art. 1º da Deliberação Normativa

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

ESTADO DE MINAS GERAIS
C E P 35514-000



COPAM 52/2001, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 56/2002 e pela Deliberação Normativa COPAM nº 67/2003.

2. Isto esclarecido, o Município de Itaguara, há mais de 12 anos, utiliza uma área rural para a disposição final do lixo doméstico gerado no município.

Ciente que toda ação antrópica gera impacto ambiental, o Município buscando minorar os efeitos impactantes da atividade, utiliza uma técnica reconhecida e citada pela FEAM como disposição final controlada ou simplesmente como “aterro controlado”, que consiste basicamente em depositar o lixo doméstico em camadas rarefeitas, cobrindo-as com material inerte, em leito com característica argiliforme, cumprindo destarte o art. 2º da Deliberação Normativa COPAM 52/2001 e suas alterações posteriores.

3. Cômescio do problema que a produção de lixo gera, bem como o custo econômico para empreender um aterro sanitário, o Município de Itaguara, conseguiu incluir no orçamento do Ministério das Cidades/FUNASA, dotação para a construção do mesmo.

4. Acontece porém que até o presente momento, o órgão federal não liberou os recursos reservados, apesar do diligente acompanhamento da proposição.

5. Por outro lado e para não que não nos iludamos com a premissa errônea que o Estado de Minas Gerais aporta recursos alcunhado por “ICMS Ecológico” como incentivo à preservação ambiental, a engenharia nada mais é que dar para alguém o que já lhe era seu.

6. Ora, vejamos o que diz a da Constituição Federal em seu art. 158, IV, parágrafo único e incisos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

ESTADO DE MINAS GERAIS
C E P 35514-000



“Art. 158. Pertencem aos Municípios:

(...)

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.(g.n)

7. Vê-se sem qualquer esforço que o sobredito “ICMS Ecológico” nada mais é que um artifício redistributivo de receita municipal, ou seja, nenhum centavo de investimento com dinheiro público do Estado de Minas Gerais, gerando desta forma, mais pobreza entre os pobres que não conseguem arcar com o múnus financeiro para a implementação de custosas políticas de saneamento ambiental, causado por leniência de toda a Federação durante séculos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

ESTADO DE MINAS GERAIS
C E P 35514-000



8. É público e notório que municípios do porte econômico de Itaguara, não conseguem sozinhos bancar o aporte financeiro que obras da envergadura de um aterro sanitário requerem. E na total ausência de movimentos pela solidariedade obrigacional dos três entes federativos para a implantação de políticas ambientais caras mais definitivas, empenha-se o Município de Itaguara para a constituição consorcial entre Municípios vizinhos (Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso) buscando assim a divisão de investimentos e logística operacional, fato administrativo este, em andamento.

9. Neste insano individualismo de obrigações que este país atravessa, é de bom alvedrio transcrever os ensinamentos de Scharz-Liebermann von Wahlendorf e Alfred Hueck, citados pelo Professor Paulo Afonso Leme Machado, em *Direito Ambiental Brasileiro*, 7ª edição, página 297:

“O fundamento de toda a ordem federal, “comunitária”, reside no reconhecimento de que a sobrevivência das partes constituintes de uma federação é, de alguma maneira, a razão de ser da ordem federal – de onde decorre a dupla obrigação: de um lado, para as partes integrantes, no seu próprio interesse, em virtude de um “enlightened self-interest”, de fazer aquilo que for indispensável para a Federação, para que ela possa cumprir seu papel; de outro lado, existe a obrigação para a própria Federação de velar para o bem daqueles que a compõem, porque, em caso contrário, a legitimação, a legitimidade, da Federação cessaria de existir”, afirma Wahlendorf. E sobre a “fidelidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

ESTADO DE MINAS GERAIS
C E P 35514-000



federal”(“Bundestreue”) cita o jurista Alfred Hueck, que conceitua o princípio como aquele que implica “o dever de se abster de causar qualquer prejuízo aos interesses da comunidade e aos interesses dos associados, ligados pela finalidade comunitária, como o dever suplementar de promover esses interesses no quadro de atividades resultantes da comunidade.”

10. Isto nos remete ao art. 196 da Constituição Federal que diz:

*Art. 196. **A saúde** é direito de todos **e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.(g.n)*

11. Assim sendo é inconcebível que os instrumentos de controle repressivo do Estado se voltem contra um ente federado de terceiro grau, por não executar dever da Federação.

12. No caso em tela a situação é ainda mais draconiana, pois se busca punir um ente de terceiro grau por suposto descumprimento de deliberações administrativas impositivas de obrigação de fazer, originadas de um órgão da administração indireta de um ente federado de segundo grau, que tem obrigação constitucional solidária com o apenado.

É o fim do Estado democrático de direito. Ou todos são solidários nesta federação por imposição do bem comum ou nosso Estado é uma falácia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

ESTADO DE MINAS GERAIS
C E P 35514-000



13. Deste modo, a atitude tomada pela r. Câmara não merece prosperar, tendo em vista que o “pensar ser” não sobrepõe a legalidade do “obrigatório ser”.

14. Finalmente, se sobrar uma nesga de juridicidade na pressuposta federação brasileira, todos nós, agentes públicos, cidadãos, entidades públicas ou privadas, inegavelmente estaremos protegidos pelo princípio constitucional da legalidade (art. 5º, II da CF), livres de que normas subalternas administrativas, ainda que tingidas pelo verniz da boa intenção, venham a sobrepujar o devido processo legislativo na imposição de regras erga omnes.

ISTO POSTO, requer e espera ver deferido seu pedido de reconsideração, revogando a multa aplicada e arquivando os autos em epígrafe, por ser o pleito meritório de ampla Justiça.

Itaguara, 20 de setembro de 2006.

UBIRACI PRATA LIMA
Prefeito Municipal de Itaguara